

• Política

CONSTITUINTE

“Todo o restante do trabalho depende do tipo de regime político”

por George Vidor
do Rio

A campanha que o PT e o PDT ameaçam colocar nas ruas para realização de eleições presidenciais diretas em 1986 parece ter acelerado algumas definições na comissão pré-Constituinte, que promoveu ontem, no Rio, a sua terceira reunião plenária. Criada pelo governo federal com objetivo de reunir contribuições e subsídios de ordem jurídica à Assembleia Nacional Constituinte, a comissão, por pressão da maioria de seus membros, já sente a necessidade de estabelecer de antemão a forma de regime político que irá propor ao País.

“Todo o restante do nosso trabalho depende do tipo de regime político que iremos propor”, afirma o presidente da comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, que defende um parlamentarismo mesclado com presidencialismo, semelhante ao que é adotado na França. Esta proposta, na opinião do próprio Arinos, conta com o apoio da maioria dos seus colegas. A subcomissão do Rio de Janeiro, por exemplo, já se pronunciou francamente favorável a ela.

As divergências, aparentemente, estão apenas em relação aos poderes que o presidente da República terá para dissolução do Parlamento, convocando novas eleições, em uso de perda da maioria dentro do Congresso. Afonso Arinos reconhece que estes poderes são um obstáculo para que a tese do parlamentarismo ganhe a adesão dos políticos. “Sei que muitos políticos, favoráveis ao parlamentarismo, votariam hoje contra, porque temem este problema da dissolução do Parlamento. Na Europa, isto não chega a ser um complicador, porque, nesses países, eleições se tornaram um fato corriqueiro. Mas, no Brasil, além de dispendiosas, elas exigem muito sacrifício dos políticos.”

Afonso Arinos tem, de antemão, uma maneira de contornar esta dificuldade. “O presidente da República teria poderes legislativos enquanto não se recomposse a maioria do Congresso. Somente em casos extremos, e passado determinado período, é que seriam convocadas novas eleições gerais.”

O presidente da comissão pré-Constituinte explica que o regime político que propôs não chega a ser igual ao existente na França, porque lá, “por exemplo, o Judiciário não é propriamente um poder separado, mas um apêndice, um complemento do Executivo. No Brasil não, o Judiciário deve ser um poder”.

O secretário executivo da comissão (com direito a voz e voto), jornalista Mauro Santayanna, apoia a tese do parlamentarismo. “O presidencialismo somente funcionou nos Estados Unidos, de onde surgiu para atender a um momento político muito específico, como maneira de integrar os estados, que tendiam a seguir rumos independentes. No Brasil, o parlamentarismo funcionou muito bem de 1832 a 1889, durante todo o Império. Na República, foi adotado em situa-

DAADP DA UNICSTA

Afonso Arinos

ção excepcional, em 1961, apenas para evitar uma guerra civil, e não poderia dar mesmo certo. Hoje a situação é outra. Mas, se seguirmos este caminho, teremos ter partidos fortes.”

Os professores e sociólogos Candido Mendes e Hélio Jaguaribe, os juristas Miguel Reale e Célio Borja, assim como os empresários Sérgio Quintela e Gouveia Vieira, também endossam este ponto de vista.

QUESTÃO DA TERRA

Mas não é esta a discussão que o economista Walter Barelli, diretor-técnico do DIEESE, gostaria que a comissão aprofundasse neste momento. “Acho que temos de dar resposta aos maiores anseios do povo, que deseja ver na Constituinte problemas mais prementes, como a questão fundiária e o problema da terra, por exemplo. Não vejo por que começarmos os debates pelo parlamentarismo”, acrescenta.

O escritor Jorge Amado, que foi constituinte em 1946 pelo PCB, diz que a sua vocação não é de político. “no sentido menor da palavra”. Como escritor, ele pretende dar a sua contribuição.

“Mal ou bem, o que sei fazer é romance. Mas todo escritor não deixa de ser político, no sentido maior do termo, e usei a minha experiência para ajudar nos trabalhos.” Sobre o parlamentarismo, Jorge Amado acredita que seja necessário aprofundar mais o debate. “A Constituição por si só não resolverá os problemas hoje existentes. Simplesmente, dará as condições para lutarmos por soluções.”

ASSUNTOS REGIMENTAIS

As discussões temáticas, no entanto, restringiram-se às entrevistas e às conversas dos membros da comissão, pois a maior parte do tempo da reunião foi perdida com debate de assuntos regimentais, a começar por uma confusão nas atribuições do secretário executivo e do secretário geral. O primeiro cargo foi criado pelo decreto que originou a comissão pré-Constituinte, e o segundo surgiu por necessidades internas.

E, como toda comissão política, alguns de seus membros querem fortalecer a prestígio do secretário executivo, enquanto outros preferem o secretário geral, Ney Prado.

Dos cinquenta membros da comissão pré-Constituinte, compareceram 42 à reunião de ontem. Entre os que não chegaram a tempo estava o empresário Antônio Ermirio de Moraes, retido por falta de teto no aeroporto de Congonhas, em São Paulo.